

UMA MODERNIDADE ÀS AVESSAS? “PROGRESSISTAS” E “CONSERVADORES” NA LITERATURA BRASILEIRA DA BELLE ÉPOQUE

Luciana Murari (UCS)¹

RESUMO: *Algumas análises produção cultural da belle époque têm buscado dar sentido à reflexão sobre os processos de transformação e os projetos políticos em voga no Brasil a partir de uma perspectiva dualista que opõe progressistas e conservadores. Ainda que seja tentador aplicar à interpretação da cultura brasileira esta clássica polarização, os sentidos atribuídos a ela nem sempre são claros quando remetidos à intelectualidade brasileira da época, suas instituições, espaços de convivência e consagração, canais de expressão, posturas político-ideológicas, projetos de intervenção. Pelo contrário, uma observação mais detida do problema demonstra que, de acordo com distintos critérios de interpretação, as posições mostram-se fluidas e intercambiáveis, sobretudo à medida que este dualismo fundamental remete a outros, como os que contrapõem os cosmopolitas e os nacionalistas, ou os consagrados pelo statu quo e seus opositores.*

PALAVRAS-CHAVE: literatura brasileira; conservadorismo; progressismo; belle époque;

Introdução

Há conceitos tão arraigados em nossos modelos de interpretação histórica que comumente renunciamos a refletir sobre eles e sobre as significações que adquirem na crítica e na historiografia literárias. “Conservadorismo” e “progressismo” estão entre eles, como parte de uma tradição longamente estabelecida que os tomou como pontos de referência para a abordagem da vida política, da produção cultural e de suas relações com o processo de modernização. A princípio, conservadores seriam aqueles que se opõem a mudanças mais profundas na estrutura social, em defesa da ordem e das posições de poder já consolidadas. Já os progressistas defenderiam reformas sociais no sentido da promoção do desenvolvimento capitalista e da ordem institucional moderna, racionalista e laica, paralelamente ao emprego de melhorias tecnológicas que conduzissem a uma intensificação da atividade produtiva e promovessem bem-estar e conforto na vida cotidiana. Este processo deveria implicar, por outro lado, em uma transformação da ordem política, ainda que os graus de radicalidade do reformismo modernizador sejam muito variáveis.

A contraposição entre conservadorismo e progressismo constituiu, ao longo da história, uma tradição intelectual que fundamentou construções ideológicas largamente influentes. Enquanto os modernizadores deixavam-se seduzir pelos avanços da razão, da ciência e da técnica, acreditando que elas seriam capazes de resolver todos os problemas humanos, o pensamento conservador estabeleceu-se a partir do elogio do universo das tradições comunitárias, religiosas e cooperativas, que seriam capazes de promover o enraizamento do indivíduo numa coletividade estável e segura, dádiva mais preciosa que qualquer ganho material. Criou-se, assim, uma lógica contrastiva em que tradição e modernidade se excluíam mutuamente, o que, em termos políticos, passou a definir como progressistas os entusiastas da

¹ Doutora em história social (Universidade de São Paulo). Pós-doutora em história (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Professora do Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

modernização e como conservadores aqueles que se mostravam avessos a grandes transformações, a partir de uma condição inicial definida como “tradição”. (BENDIX, 1996)

Esta oposição pode ser definida a partir de alguns elementos fundamentais, ainda que tanto uma quanto outra tendência possuam inúmeras variantes. Em termos muito amplos, o progressismo deve ser compreendido a partir de ideais associados à tradição revolucionária, como, por exemplo, a possibilidade de aperfeiçoamento do homem a partir da transformação de suas condições sociais; a liberdade e a igualdade como objetivos individuais e como princípios orientadores da vida em sociedade; a crença absoluta na razão, em prejuízo do pensamento mágico-religioso; a negação da autoridade, da hierarquia, do privilégio e das posições sociais previamente estabelecidas; o direito de revolução política em prol de um ideal de sociedade tido como condição definitiva e superior. (VINCENT, 1995)

Entretanto, ao contrário da visão dicotômica que compreende os processos de transformação relacionados à expansão do capitalismo industrial a partir de uma relação inversa entre tradição e modernidade, a experiência histórica demonstra que a evolução capitalista promove, de fato, a convivência entre elementos tidos como característicos de um ou de outro pólo, de acordo com as condições específicas de cada grupo social. As duas noções devem ser, portanto, compreendidas a partir das muitas formas de intercâmbio e conflito que estabelecem entre si, já que os processos de mudança não são universais e nem tampouco obedecem a uma lógica linear e progressiva. (BENDIX, 1996)

O fato é que, a partir da Europa, a polêmica entre conservadores e progressistas expandiu-se, mais ou menos tardiamente, pelas ditas “sociedades seguidoras”, nutrindo posições intelectuais que adquiriram, em diferentes contextos, novos significados e nuances. O Brasil, sob a influência da Inglaterra em sua ordem econômica e da França em sua ordem intelectual, é uma destas “sociedades seguidoras”. A partir da década de 1870, as bases do pensamento no país foram substancialmente transformadas, à medida que o moderno conhecimento científico europeu ingressava no país, implantando entre a classe letrada uma concepção dinâmica da sociedade, na forma de diversas correntes positivistas e naturalistas que ofereciam novos instrumentos para a compreensão da realidade e sua transformação. (BARROS, 1986)

Os intelectuais formados sob a influência desta onda renovadora, definida pelo crítico José Veríssimo como “modernismo”, acreditavam-se agentes da mudança social, e viam no conhecimento científico, ou melhor, científicista, um meio de ascensão social e conquista de posições de poder, sobretudo após a proclamação da República. Para os letrados formados sob a influência das correntes naturalistas do pós-1870, o advento do novo regime significaria, portanto, uma oportunidade para a promoção de profundas mudanças políticas e institucionais, no sentido da modernização do país e de sua sincronização com o grande movimento ascendente do capitalismo industrial. Juntamente com a abolição da escravatura, a mudança de regime deveria promover a definitiva superação da ordem colonial, e é na expectativa de uma radical ruptura com o passado que os novos tempos serão frequentemente vistos – e julgados.

1 “Tradições evanescentes, ou extintas”

Em análise da crônica jornalística sobre a guerra de Canudos, Regina Zilberman mostra-se surpresa com o fato de que os “conservadores” Afonso Arinos e Machado de Assis exprimem uma visão bem mais atualizada e humanista do confronto do que os “progressistas” Euclides da Cunha e Olavo Bilac. Decerto, os dois primeiros relativizam os fatos, a seu ver mal conhecidos e incompreendidos, demonstrando uma saudável dúvida quanto à natureza do conflito, e buscando compreender o fenômeno a partir das limitações e especificidades daquela região, alheada em relação aos destinos nacionais pelo isolamento e pela distância.

Enquanto isto, Cunha e Bilac, militantes na propaganda republicana, engrossam a teoria de que os “maníacos” sertanejos estavam a serviço da reação monarquista, sendo a guerra uma demonstração da resistência à transformação social manifestada por setores retrógrados da vida brasileira, congregados em torno da restauração da ordem imperial. (ZILBERMAN, 2005: 288-289)

Os próprios resultados da análise de Zilberman demonstram que a atribuição dos rótulos de “conservador” e “progressista” nem sempre conduzem aos resultados esperados: os “conservadores” em questão adotam uma postura mais lúcida que os “progressistas”. Se fizermos uma associação automática entre monarquismo e conservadorismo, e entre republicanismo e progressismo, a posição da autora torna-se facilmente compreensível, dados os compromissos, mais ou menos explícitos, de Machado de Assis e Afonso Arinos com a ordem monárquica, e de Euclides da Cunha e Olavo Bilac com a militância republicana.

Trata-se, entretanto, de uma atribuição um tanto problemática, à medida que o próprio regime político do Império possuía uma tendência auto-reformista, personalizada pelas figuras de Alfredo Taunay, André Rebouças e Joaquim Nabuco. (CARVALHO, 1998) Enquanto isto, os destinos do republicanismo viriam a se desviar crescentemente de qualquer proposta de mudança social de fato profunda – e a reação do regime ao conflito de Canudos seria presságio disto. Ressalte-se também que, naquele momento, a própria condição de oposicionistas tornava os intelectuais de tendência “conservadora” mais receptivos a uma visão crítica dos fatos da guerra. Assim, pode-se talvez supor que o problema não esteja nas posições assumidas pelos dois grupos de letrados, e sim nos sentidos de “progressismo” e de “conservadorismo” adquiridos em nossa tradição intelectual.

Entretanto, a historiografia da vida intelectual e a crítica literária têm buscado compreender a vida cultural da *belle époque* brasileira a partir de dualismos como este que opõe conservadores e progressistas. No Brasil deste período, um modelo de intelectual progressista, e ao mesmo tempo alinhado com a corrente mais nacionalista e crítica das letras nacionais, é Euclides da Cunha, escritor e engenheiro, em sua crença absoluta na modernidade ocidental como etapa mais elevada da evolução humana. De fato, o mundo em que ele atuava experimentava mudanças extraordinárias, sobretudo à medida que a aplicação da pesquisa científica à sociedade industrial apontava para o crescente aprimoramento das condições materiais de vida e para a ampliação do domínio do homem sobre a natureza, tema maior da produção literária do escritor.

Nesta, destaca-se um olhar que, ao mesmo tempo em que observa o mundo material, o imagina, ao esboçar sua conversão ao projeto da modernidade. Em sua obra-prima, *Os sertões*, a superação da hostilidade ambiente está na vitória contra a seca, por meio de projetos de engenharia que, revertendo a fatalidade geográfica que incidia sobre a região, promoveria sua efetiva incorporação à sociedade brasileira. Em seus textos amazônicos, destaca-se a busca de controle e domínio sobre um meio natural em que o excesso de vida deixava pouco espaço para a presença do homem. O objetivo do escritor – e sua literatura é o instrumento disto – é submeter a natureza aos desígnios humanos, atendendo a propósitos materiais e práticos. (CUNHA, 1985, 1919, 1946)

Por outro lado, em *Os sertões*, o contexto da guerra de Canudos permite a Euclides da Cunha deparar-se com a face bárbara da modernidade: *Krupps*, *Mannlichers* e *Comblains* venciam pela destruição. Contudo, na pena do escritor, eram também o marco da vitória do ideal modernizador, como primeiro avanço da vida civilizada sobre a retrógrada população sertaneja, presa à tradição de seus primeiros colonizadores, a seu misticismo milenarista, suas práticas culturais arcaicas, sua tecnologia precária, sua mentalidade supersticiosa. Ao mesmo tempo em que pretende denunciar a barbárie da guerra, o escritor acaba por atribuir a ela um significado modernizante: despertado da longa letargia que fazia daquele espaço a

presentificação da história pretérita do gênero humano, o sertão poderia, afinal, nascer para a vida civilizada.

O problema passa a ser, então, na perspectiva de Euclides da Cunha, o que fazer daquela comunidade arcaica, extemporânea, num Brasil que se pretendia em processo de incorporação à dinâmica do capitalismo industrial. A resposta vem logo na primeira página da obra, na eloqüente **Nota Introdutória**, que confere àquela população a condição de “tipos relegados a tradições evanescentes, ou extintas”, fadados, inexoravelmente, à desapareição, face à concorrência de grupos “mais preparados” para a vida moderna. (CUNHA, 1985: 85) Torna-se, neste momento, imprescindível, reconhecer o quanto a visão de mundo do escritor é modelada pelo racismo científico em voga desde as últimas duas décadas do século XIX, e que é um dos pilares teóricos de **Os sertões**. Afinal, a guerra de Canudos adquire sentido na obra a partir da teoria da “luta de raças”, segundo a qual toda a dinâmica histórica é atribuída à interação conflituosa entre etnias adversárias. Inadaptados ao mundo civilizado, não restava aos retardatários senão aguardar pela lenta e inevitável extinção, dando lugar ao que seriam as raças mais capazes, segundo a lógica darwinista-social. (CUNHA, 1985: 86, MURARI, 2007)

Nos textos posteriores a *Os sertões*, o escritor permaneceria fiel a este modelo intelectual. Ainda que atualmente o sentido de progressismo pareça em tudo oposto ao de racismo, as duas tendências são perfeitamente coerentes na obra do escritor. Mais do que isto, podem ser consideradas complementares. Isto porque a crescente evolução produtiva e tecnológica característica da modernidade era explicada, pela ciência raciológica, de acordo com a idéia de que a civilização ocidental era produto da ação progressista do homem branco, considerada fora do alcance das demais etnias. Estas últimas eram tidas como incapazes de alcançar o aperfeiçoamento intelectual e moral necessário à formação do espírito científico, de uma “moralidade superior”, da organização racional da vida em sociedade. Este argumento era, aliás, a base intelectual para a expansão das potências européias em direção ao domínio, direto ou indireto, de territórios ocupados por povos considerados inaptos. Racialismo e progressismo tornavam-se, assim, no contexto do pensamento modernizador, duas faces da crença generalizada na superioridade do homem branco.

Idéias como as de Euclides da Cunha adquiriam, no contexto da *belle époque* brasileira, ampla aceitação, como parte do que se poderia compreender como o “espírito do tempo”. Simultaneamente, o escritor passaria a ser identificado, por seus contemporâneos, como o responsável por haver apontado, para a intelectualidade do país, a necessidade de voltar-se para o interior, superando a abordagem “superficial” das questões nacionais representada pela observação da vida urbana e cosmopolita. O verdadeiro conhecimento do Brasil exigiria uma inflexão para suas zonas de fronteira, desertos, florestas, e para as comunidades rurais que teriam desenvolvido, no contato com a natureza, uma originalidade composta por costumes, narrativas, crenças, memórias de um mundo pretérito regido por suas próprias leis e alheio do movimento transformador característico da vida moderna. Propõe-se, a partir de então, um mergulho no universo das tradições rurais, autenticamente brasileiras porque enraizadas na terra e no passado. Esta fórmula de encontro da identidade nacional a partir do retorno ao mundo primitivo estava arraigada na cultura européia desde o movimento romântico e, mesclada ao naturalismo novecentista, daria origem a uma literatura rural que seria definida como “regionalista”.

A ambigüidade que acompanha este movimento em direção ao Brasil arcaico é, no entanto, indisfarçável. Um bom exemplo dela é a própria obra de Euclides da Cunha que, apesar de associada à preocupação com o Brasil profundo, muito pouco, ou quase nada, aproxima-se do culto da tradição rural pregado pelo regionalismo literário. Além disto, como vimos, sua compreensão da realidade é perpassada pela perspectiva racista, que acabava por produzir uma visão extremamente negativa do homem brasileiro, sobretudo o mestiço, “o jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório.” (destaques do autor, CUNHA,

1985: 85) Como vimos, estes estariam, segundo o autor, condenados a perecer na concorrência com grupos étnicos mais preparados para a modernidade. A dubiedade destas posições manifesta-se em vários escritos de Euclides da Cunha, que ao mesmo tempo em que defende a preservação da raiz cultural brasileira, duvida de sua capacidade de progresso, defende a cooperação dos povos europeus mais avançados, teme a padronização da cultura e a ameaça que estes povos tidos como “mais fortes” representariam para a soberania de uma nação ainda imprecisa etnicamente. (CUNHA, 1919: 220)

Definir Euclides da Cunha simplesmente como um “progressista” pode conduzir à obliteração ou ao abrandamento da importância da questão étnica em sua obra. Luís Costa Lima chamou-nos a atenção para o problema da denegação dos aportes científicos pelos intérpretes do autor: “tentar apagá-los não só compromete a leitura que os analistas se propõem, com os impede de compreender o tipo de impacto que o livro tem causado”. (LIMA, 1997: 85) É inegável que, ao final, a preferência teórica pela abordagem racista mostra-se fundamentalmente conservadora, à medida que recusa a grande parte do povo brasileiro um papel decisivo na formação nacional, colaborando para manter as tradicionais estruturas de poder numa sociedade recém-egressa da escravidão: a visão da história como resultante da dinâmica entre etnias representava, até certo ponto literalmente, a exclusão dos grupos considerados incapazes, obsoletos ou perturbadores em relação ao rumo modernizador que se pretendia imprimir ao país. Ainda que majoritária entre a elite moderna do país, esta posição não era inabalável e nem unânime, havendo espaço para que alguns intelectuais, como Araripe Jr., Manoel Bomfim e Alberto Torres recusassem tais doutrinas, que acabavam por limitar, acreditamos, a defesa de ideais verdadeiramente democráticos por parcela considerável desta elite.

2 “O rastro das almas”

A idéia de que a intelectualidade da *belle époque* dividia-se em dois grupos claramente delimitados fortaleceu-se com a obra do historiador Nicolau Sevcenko, que pelo longo alcance e notável profundidade tornou-se referência obrigatória para a renovação da historiografia da cultura brasileira do período, a partir da década de 1980. Segundo o autor, a geração formada sob o signo da propaganda republicana e abolicionista nutriu a concepção de que a camada letrada deveria desempenhar, na vida social, uma missão transformadora, colocando seu preparo intelectual a serviço da sincronização do país com as conquistas da civilização européia, do aprimoramento das instituições e da vida política, de modo a redimir o país de seu obscuro passado colonial. Até a proclamação da República, estes ideais teriam tornado a intelectualidade modernizadora do país caracteristicamente “monolítica”, condensada em torno de um credo liberal e progressista. (SEVCENKO, 1989: 102)

Entretanto, na visão de Sevcenko, com o advento do regime republicano o empenho reformista característico da militância mostrou nítidos sinais de arrefecimento, o que teria feito com que esta intelectualidade se dividisse em dois grandes grupos. O primeiro seria formado pelos “vencedores”, aqueles que se deixaram seduzir pelo generalizado arrivismo da *belle époque*, convertendo-se às regras do poder e participando da distribuição de suas benesses. Conformistas, cosmopolitas e superficiais, teriam adotado uma linguagem inofensiva e neutra que refletia seu deslumbramento com a vida luxuosa e estrangeirizada dos *parvenus* do regime, beneficiando-se da consagração pública que isto lhes proporcionava e do papel de porta-vozes da elite mundana, dado seu alinhamento ideológico e estético com os grupos que se estabeleciam no poder. Entre estes autores, citam-se Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Júlia Lopes de Almeida, Xavier Marques, Olegário Mariano, Medeiros e Albuquerque, João do Rio, entre outros. (SEVCENKO, 1989: 93-119)

O segundo grupo identificado pelo autor na vida intelectual da *belle époque* seria o dos “derrotados”, aqueles que, excluídos das posições de influência e prestígio oferecidas pelo *statu quo*, mantinham-se à margem da “cultura oficial” do regime. Neste grupo encontraríamos os representantes da boemia que, recolhidos à solidão e ao alheamento, renunciavam a assumir um papel ativo na sociedade – seu mais ilustre representante é Cruz e Souza – e os ditos “escritores cidadãos”, aqueles que, mesmo alijados das posições de poder, mantinham-se fiéis a sua crença reformista e retomavam o espírito engajado da “geração de 1870”. Sua pena seria colocada a serviço da crítica social, do inconformismo e de uma reflexão aprofundada sobre os grandes problemas nacionais, elaborando a partir daí projetos utópicos de reforma social modernizante. Este seria o caso de Euclides da Cunha, Graça Aranha, Lima Barreto e Monteiro Lobato. (SEVCENKO, 1989: 93-118)

Esta tipificação desenvolvida por Sevcenko repercute, por exemplo, em **A *belle époque* tropical**, de Jeffrey Needell, publicado pela primeira vez em 1987, livro especialmente preocupado em estabelecer as relações entre a intelectualidade e as elites cariocas, (NEDELL, 1993) e em **A Héliade e o subúrbio**, de Maurício Silva, publicado em 2006. No caso deste último, o próprio título dá a dimensão da perspectiva dualista utilizada pelo escritor para caracterizar a vida intelectual do período, o que se manifesta de forma ainda mais explícita em sua proposta de contrapor as obras de Coelho Neto – representante do grupo dos “vencedores”, aqui referidos como “literatura oficial” – e Lima Barreto – um “derrotado” por excelência, aqui classificado como “pré-modernista”. A preocupação em definir a obra de cada um deles como verdadeiros ideais-tipos de cada um dos dois grandes grupos em que estaria dividida a vida intelectual da *belle époque* acaba por promover uma simplificação algo extremada. De fato, as caracterizações da intelectualidade brasileira da *belle époque* a partir das oposições progressistas X conservadores, derrotados X vencedores, literatura oficial X pré-modernismo apresentam soluções atraentes para aqueles que buscam compreender o período, à medida que permitem delimitar com bastante clareza o espaço ocupado por cada intelectual no meio letrado, definindo sua filiação a correntes estéticas, políticas e ideológicas. O problema pode estar, justamente, na excessiva generalização da qual depende este procedimento.

Segundo Silva, a despeito da futilidade reinante, a vida intelectual do período possuía importantes “vozes distoantes”. Exemplos disto seriam a literatura social de Lima Barreto, o desvio de perspectiva da escrita de Euclides da Cunha em direção ao Brasil interiorano, o “nacionalismo sem preconceitos” de Alberto Torres, a preocupação com os problemas da saúde pública, em Monteiro Lobato, e inquietações quanto ao tema da etnicidade, em Graça Aranha. Para o autor “esta não era a literatura vigente na época, sendo seus autores apenas esporadicamente reconhecidos pela oficialidade literária de então”. (SILVA, 2006: 28) Apesar da presença emblemática de Lima Barreto no grupo acima, sabemos que nem todos estes autores tiveram que esperar a morte para conhecer o prestígio intelectual, dado o notável impacto exercido por suas publicações, tanto em termos mercadológicos quanto de reconhecimento público – o que demonstra a “vigência” de suas obras.

Vejamos: **Os sertões** foi, desde seu lançamento, um sucesso de vendas para os padrões do acanhado mercado editorial brasileiro, convertendo-se imediatamente em obra de culto e inserindo seu autor em todas as instâncias de prestígio e convivência apresentadas à intelectualidade da época; o êxito editorial de **Canaã** faz com que ele possa ser definido como um dos primeiros *best-sellers* da literatura brasileira; **Urupês**, de Monteiro Lobato, alcançou tamanha popularidade que deu origem a uma iniciativa crucial para a formação do mercado editorial no país; as obras de Alberto Torres foram, sem dúvida, mais influentes a partir de 1930, mas não deixaram de repercutir significativamente em seu tempo, sobretudo através da militância do autor pela imprensa, em órgãos como o **Jornal do Comércio** e a **Gazeta de Notícias**. (ABREU, 1998, HALLEWELL, 1985, SACCHETTA: 2000, MARSON: 1979)

Além disto, devemos observar que, ao contrário do que aponta o estudioso, a participação dos intelectuais em instituições consagradoras como a Academia Brasileira de Letras pode caracterizar muitos dos ditos “vencedores”, mas sabemos que não se restringe a estes: Euclides da Cunha e Graça Aranha, expoentes do “pré-modernismo”, definido como “expressão máxima da contestação desta oficialidade”, (SILVA, 2006: 32) foram alguns de seus primeiros membros. Ora, não acreditamos que a “afronta” à Academia perpetrada por este último, por ocasião da semana de arte moderna, em 1922, permita anular sua condição de fundador da entidade e o prestígio que desfrutou nela, e graças a ela. Em adição, ressaltamos que a identificação do “descuido lingüístico” (SILVA, 2006: 40) atribuído aos pré-modernistas tem que deixar de fora justamente estes dois autores, cuja expressão literária caracteriza-se, ao contrário, pelo preciosismo vocabular, pela ornamentação abundante e pela busca de efeitos de estilo. Wilson Martins observou com clareza este aspecto, ao comentar as afinidades estéticas entre as obras de Euclides da Cunha e Coelho Neto:

(...) Outro passo natural, se não inevitável, conduz da “escrita-artista” ao estilo de caracteres barrocos, isto é, a Rui Barbosa, a Coelho Neto, a Euclides da Cunha (...) Quando louvamos a natureza escultórica de Euclides da Cunha (lugar-comum da literatura crítica), o que fazemos, na verdade, é aproximá-lo de Olavo Bilac, com que, à primeira vista, nada terá de comum; e quando menosprezamos Rui Barbosa e Coelho Neto (moda estabelecida depois do Modernismo em 1922), parecemos não perceber a contradição que isto representa com os louvores jamais denegados ao estilo de Euclides da Cunha. (MARTINS, s/d: 205)

Por outro lado, é possível interpretar a obra de Coelho Neto para além de seus exageros de ornamentação verbal, assim como é possível desbravar o texto euclidiano em busca de suas opções teóricas e tendências ideológicas. Em que pese terem os dois autores sido colocados em extremos opostos da vida intelectual brasileira, suas obras e trajetórias convergem em diversos pontos, o que observou Euclides da Cunha em carta ao amigo, refletindo sobre as idéias da morte e de Deus: “E serás o meu companheiro de jornada, porque é na nossa super-enervação, e é no nosso idealismo sem fadigas, e é na nossa perpétua ânsia do belo, que eu adivinho e sinto *o que não sei*.” (destaques do autor, CUNHA, 1931: 154) Neste sentido, excluir Coelho Neto do rol dos “escritores que revelam uma preocupação com aspectos profundos do cotidiano e com a realidade tipicamente brasileira”, (SILVA, 2006: 37) resumindo sua obra aos rótulos de cosmopolita, mundana, superficial ou vazia, significa desconsiderar a relevância cultural do autor, obliterando um dos aspectos mais influentes de sua produção literária: sua prosa de temática rural, que teve notável ascendência na afirmação do gênero regionalista no Brasil.

Não acreditamos que esta prosa deva ser desqualificada por suas tendências orientalistas ou formalistas, já que a adoção de um padrão estético influenciado pelas escolas européias não é, obviamente, uma exclusividade do cosmopolitismo da *belle époque*, ainda que o exotismo do período possa hoje parecer mais distante de nosso padrão cultural que, por exemplo, a escrita realista. Numa carta de agradecimento à dedicatória do conto **O negrinho do pastoreio**, de Simões Lopes Neto, Coelho Neto resumia o programa regionalista: “Já conversamos sobre a necessidade que, todos quantos nos interessamos pela tradição, temos de coligir as trovas e narrativas do velho tempo. Elas representam o sonho dos que passaram, são, a bem dizer, o rastro das almas.” (COELHO NETTO, 1946: 168) Este elogio da tradição permite compreender que a produção regionalista do período pós-romântico seja o mais das vezes taxada de política e socialmente conservadora. No entanto, emerso em um momento de plena ascensão do ímpeto modernizador, o gênero não deixou de se pautar pela reflexão sobre os processos de mudança e pela percepção da decisiva ruptura cultural experimentada no país a partir das últimas décadas do século XIX.

Ao mesmo tempo, a própria idéia de registrar “o sonho dos que passaram” enraíza-se na sensação de que o presente tornava-se radicalmente distinto do pretérito, cabendo à literatura promover a intermediação entre os dois tempos, ao converter a oralidade das narrativas rurais

em prosa literária. Coelho Neto reflete sobre este tema, ao atribuir a Simões Lopes Neto o talento de manter em sua escrita a ingenuidade e a simplicidade de suas fontes orais: “Lendo-a, tive a impressão de a estar ouvindo contada, em tom lento, por uma dessas velhinhas que são as conservadoras de muito primor da poesia popular, tão rica em nossa pátria e tão estimada”. (Coelho Neto, 1946: 168) A prosa dele próprio mostrou-se, não obstante, bem afastada deste ideal de naturalidade e imediatez que de fato caracterizou os contos de Simões Lopes. O autor gaúcho acabou por afastar-se, notavelmente, de seu modelo intelectual coelhonetiano, o que aliás veio a garantir a longevidade de sua escrita.

A literatura de Coelho Neto pode, no entanto, ser lida a partir de sua capacidade de dialogar com a modernidade. No conto **A Tapera**, de **Sertão**, obra pioneira publicada em 1896, a dinâmica da narrativa gira em torno da resistência do passado à mudança, e do terror que a barbárie natural infundia àqueles que pretendiam vencê-la. Em tons macabros, o autor encena a dolorosa trajetória de um inovador produtor rural que tem seu movimento ascendente de progresso e prosperidade bruscamente interrompido por um levante de escravos, símbolo máximo da obsoleta ordem social estabelecida desde os tempos coloniais. A derrocada de sua experiência renovadora é, neste momento, simbolizada pela vitória da natureza bruta sobre o homem que, apesar de munido da moderna tecnologia, sucumbe à irrupção incontável da violência. Por fim submisso ao mundo natural, torna-se, ele próprio, um misto monstruoso de árvore e homem. (COELHO NETTO, 1933) As referências mitológicas, a temática decadentista, a descrição minuciosa do meio natural, o tom terrificante e a escapadela onírica compõem um todo em que o apuro formal sustenta um vasto repertório de medos modernos. Lembre-se que o tema da oposição entre cultura e natureza era claro à intelectualidade brasileira desde a década de 1870, despertando a inquietação de autores como Tobias Barreto, Euclides da Cunha, Araripe Jr., Graça Aranha e Capistrano de Abreu.

Já **Banzo**, de 1910, celebra a transformação social ao mesmo tempo em que decreta o definitivo aniquilamento da tradição, superada pela mão-de-obra livre, pela imigração, pela inovação tecnológica, pela intensificação da atividade produtiva, pela emergência de novos proprietários e de formas inovadoras de gerenciamento. O tom desta escrita consegue ser simultaneamente melancólico e vertiginoso, à medida que a história brasileira é repassada aos olhos de um velho escravo, inconformado com a perda de todas as suas referências culturais. Sua morte decreta o fim de uma era, e o autor não tanto o lamenta quanto o saúda, ao contrário do que se esperaria do culto conservador ao passado e à tradição rural. (COELHO NETTO, 1912, MURARI, 2002)

Este aspecto da literatura regionalista não é exclusivo da obra de Coelho Neto, pois a ambigüidade quanto ao processo de modernização é talvez uma das principais características do gênero. Embora obedeça, em muitos momentos, ao receituário romântico que associava a criação da cultura nacional à coleta de tradições rurais – programa explicitado pelo escritor maranhense na carta a Simões Lopes Neto – em diversos outros momentos a representação da vida no campo por esta literatura dialoga com o projeto civilizador e ajuda a configurar, por contraste, a imagem de sua hegemonia: seria assim possível vislumbrar o que chamaríamos “uma modernidade às avessas”. É claro que, em consonância com sua raiz romântica, o receituário regionalista incorpora também o desgosto pela perda, a busca das origens culturais, o elogio do heroísmo cotidiano do homem do campo, o enaltecimento das paisagens naturais intocadas. Mas frequentemente faz parte deste processo uma explícita censura aos hábitos, práticas e concepções próprias às comunidades tradicionais, associadas tanto à inocência quanto à barbárie e a uma melancólica imobilidade.

Pode-se assim começar a entender as atitudes contraditórias em torno das quais oscila a literatura regionalista pós-romântica. Monteiro Lobato é outro bom exemplo da dificuldade encontrada também por Euclides da Cunha de, ao mesmo tempo, afirmar o credo modernizador e defender a autonomia cultural de um povo desde o princípio condenado por

sua pretensa incapacidade de evoluir. Uma das manifestações mais curiosas disto é a recepção da figura do Jeca Tatu. Inicialmente, o personagem apresenta todos os estigmas atribuídos à população pobre e mestiça do interior: obscurantismo, inaptidão para o progresso, irracionalidade, imobilismo, carência de vontade, incapacidade de acumulação, predação dos recursos naturais. No entanto, à medida do sucesso de “Urupês” e da popularidade alcançada, Jeca Tatu chega a ser livrado de sua condenação ao atraso por meio da crença de que a ciência poderia levá-lo a superar sua vida inútil, estática e destrutiva. Progressivamente, ele acabaria por converter-se em símbolo nacional. (LAJOLO, 1983) Esta trajetória dá bem a dimensão do drama da identidade representado por esta literatura que, ao buscar as raízes do povo brasileiro, nem sempre se satisfaz com o que encontra, e acaba por escapar pelas vias da exclusão, da derrição ou da melancolia.

Conclusão

Como assinala Bendix (1996), não há sociedade totalmente moderna e desprovida de caracteres tradicionais. Talvez também seja difícil identificar, atualmente, tradições de fato intocadas pela modernidade, senão em contextos bastante localizados. Esta observação nos conduz a imaginar que provavelmente não sejam encontrados, ao menos na conjuntura aqui estudada, modernizadores revolucionários, perfeitamente liberais e democratas, nem conservadores empedernidos dispostos a renunciar a todas as conquistas proporcionadas pela civilização ocidental. Acreditamos que seja necessário, para compreender o Brasil da *belle époque*, avaliar o que de moderno pode haver nos ditos “conservadores”, e vice-versa, uma vez que a assimilação do conhecimento e do padrão civilizacional da modernidade não poderia se dar senão em consonância com o meio político, cultural e social em que atuavam estes intelectuais.

Queremos dizer com isto que, antes de vislumbrar uma modernidade ideal, uma espécie de “gabarito” para julgar os erros e acertos da intelectualidade brasileira, talvez fosse o caso de compreender as muitas combinações possíveis entre o estímulo identitário, fundamentado no passado e numa trajetória para o interior da alma nacional, e o desejo de sincronização com a triunfante burguesia dos países mais ricos, ou seja, o impulso em direção ao futuro e à inserção na ordem mundial. De acordo com preferências ideológicas, teóricas ou políticas, e mesmo em função de circunstâncias pessoais ou situações particulares, muitos elementos podem combinar-se na configuração das posições assumidas pelos letrados na vida do país, algumas tidas como “conservadoras”, outras como “progressistas” – ainda que muitas vezes estas se manifestem simultaneamente na produção de um mesmo autor: racismo científico, liberalismo, democracia, agrarismo, industrialismo, nacionalismo, cosmopolitismo, inovação estética. Podem também ser agregados alguns aspectos de sua participação na sociedade: origem familiar, formação técnica, acesso a postos e cargos políticos, presença em instituições, reconhecimento público, sucesso profissional, meios de sobrevivência, espaços de convívio. Enfim, uma infinidade de elementos que, se aprisionados em categorias estanques, podem acabar por oferecer uma imagem unidimensional e estática da realidade histórica.

Referências bibliográficas

- ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, Funarte, 1998.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Edusp, 1986.
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 1996.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ/UCAM, 1998.
- CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. 5. ed. Porto: Companhia Portuguesa, 1919. 1. ed. 1907.
- _____. Cartas de Euclides da Cunha. In: TRAVASSOS, Renato (org). *Cartas de Machado de Assis e Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Waissman, Reis & Cia, 1931. p. 50-171.
- _____. *À margem da história*. 6. ed. Porto: Lello e Irmão, 1946. 1. ed. 1909.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1985. Edição crítica por Walnice Nogueira Galvão. 1. ed. 1902.
- COELHO NETTO. Duas Cartas de Coelho Neto. *Província de São Pedro*. Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 168, mar. 1946.
- _____. A Tapera. In: *Sertão*. Porto: Lello & Irmão, 1933. 1. ed. 1896. p. 89-147.
- _____. *Banzo*. Porto: Lello & Irmão, 1912.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1985.
- LAJOLO, Marisa. Jeca Tatu em três tempos. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 101-105.
- LIMA, Luís Costa. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. v. 5. 2ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: T. A. Queiroz, s/d.
- MURARI, Luciana. *Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. Tese (doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- _____. *Brasil: ficção geográfica*. Ciência e nacionalidade no país d'Os sertões. São Paulo: Annablume, 2007 (no prelo).
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. ed compacta. São Paulo: Senac, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SILVA, Maurício. *A Hélade e o Subúrbio*. São Paulo: Edusp, 2006.
- VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- ZILBERMAN, Regina. Os cronistas e o Conselheiro: uma história de divergências. In: *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 277-290.